

# Estudos reclamam política eficaz para mananciais

Falhas na política habitacional da Região Metropolitana são apontadas como principal fator de deterioração das áreas contaminadas

Ana Flori de São Paulo

As áreas de proteção aos mananciais, que estão localizadas ao redor de represas, nascentes, córregos, rios, lagos ou fontes — e também abrangem locais que têm reservas de água subterrânea — devem ser preservadas por lei. Nos últimos 15 anos, em decorrência de problemas sociais como a falta de políticas habitacionais eficazes, essas áreas sofreram intensa ocupação desordenada que compromete a utilização dos mananciais para o abastecimento de água.

O professor Jurandyr Luciano Sanches Ross, geógrafo da Universidade de São Paulo (USP), diz que a água representa para a natureza o que o sangue representa para o corpo humano. "Se o sangue estiver com problema, é porque a pessoa está doente. A água reflete a situação ambiental da bacia hidrográfica", ele explica. Marcos Estevan Del Prette, sociólogo da USP, diz que a água também reflete a questão social, porque a desvalorização da bacia hidrográfica reflete a desvalorização que a sociedade tem feito do próprio ambiente. "Tudo que não interessa à sociedade é jogado na própria água que essa mesma sociedade vai beber. Lá é lugar de desova de cadáveres, carros roubados, pneus velhos, lixo, entulho", comenta Del Prette.

Resolver essa questão é uma tarefa complexa, que envolve diversos interesses e pontos de vista. "O que é de interesse coletivo, não obrigatoriamente, é de interesse individual, e aí está o grande problema", diz Ross. Ele explica que na segunda metade da década de 90 teve início uma mudança de visão da questão ambiental, voltada para o planejamento, mas essa é uma atitude que só agora começa a ganhar corpo.

Um exemplo é a criação de comitês de bacias hidrográficas, que têm representantes do estado, de prefeituras e da sociedade civil. Del Prette alerta: "Os comitês têm poder para resolver questões setoriais, mas hoje não há uma instância administrativa metropolitana. Todas as demandas, decorrentes de problemas sociais gravíssimos, como as invasões de áreas de mananciais, chegam ao comitê, que não pode resolver tudo.

Andréa Spori, geógrafa da USP, diz que a questão que permeia toda a problemática dos mananciais da Região Metropolitana de São Paulo decorre da existência de dois movimentos em sentido contrário na luta pelo espaço e que até certo ponto se anulam: o movimento pela regulamentação do uso da área para preservação dos mananciais e o movimento crescente do uso para moradia da área dos mananciais pelos moradores pobres.

Para Maria Stella Magalhães Gomes, coordenadora-executiva do Água e Vida, um centro de estudos de saneamento, se o planejamento da Região Metropolitana não for tratado como algo integrado, em que a preservação do manancial e o abastecimento de água são componentes entre vários outros, não há como resolver o problema. "Você fica num dilema: ou eu deixo a população morando ou preservo a qualidade da água. O que é um falso dilema, porque as duas questões são importantes e não é possível resolver uma em detrimento da outra."

"A água — prossegue — não pode ser contaminada, mas as pessoas têm de morar. E tem de ser um lugar onde elas possam morar com dignidade, com um mínimo de condição de trabalhar, de usufruir a cidade. Então, é preciso que o estado tenha uma política habitacional e uma política de planejamento da cidade que contemple os problemas, sem deixar que o mercado imobiliário resolva a questão da habitação e comprometa a qualidade da água do manancial — e depois a sociedade pague o cus-



Área de manancial na serra da Cantareira: papel fundamental na formação de recursos hídricos para a Região Metropolitana



Garoto pesca na Billings sobre carcaça abandonada de carro: ameaça dos loteamentos clandestínos

to da recuperação." Carlos Bocuhy, coordenador da campanha "Billings eu te Quero Viva" e representante do Serviço Aéreo-Terrestre de Salvamento e Proteção Ecológica (Sats), no Conselho Estadual do Meio Ambiente, protesta contra o Plano Emergencial de Recuperação dos Mananciais, que poderá contemplar, dependendo da avaliação caso a caso, área de manancial com obras de abastecimento de água, esgoto e contenção de erosão, entre outras providências.

"Qualquer infra-estrutura — afirma Bocuhy — levada até uma determinada área, é um vetor de adensamento populacional. Se existem pessoas numa área que hoje é ilegal e você leva água, energia, esgoto, por um lado você está fazendo um benefício justo para aquela população, se pensar na questão de forma isolada. Por outro lado, quando está se tratando de uma expansão urbana inteiramente desordenada em relação a uma área que não pode ser ocupada, você estará sinalizando uma perenização. Elas vão permanecer."

A secretária de Estado do Meio Ambiente, Stela Goldenstein, contra-argumenta: "A lei que foi aprovada define que vai haver plano emergencial. Não é o governo do estado que está decidindo. A Assembleia Legislativa tomou essa decisão diante da evidência de que temos hoje entre 1,5 milhão a 3,0 milhões de pessoas já instaladas. Que parcela disso a gente consegue retirar? Eu desconheço, na História da humanidade, experiências de países democráticos que tenham conseguido relocar uma população desse tamanho". Ela diz que propor a retirada de toda a população da área de proteção de mananciais pode parecer uma atitude de bom-mocismo, mas que não tem nenhuma sustentação política, social, institucional, financeira.

Virgílio Alcides de Fariás, presidente do Movimento em Defesa da Vida do Grande ABC, responsável pelo Projeto Billings, esclarece que, embora grande parte das pessoas que moram na área de mananciais sejam nordestinas, elas não vieram para cá infringir uma lei, elas foram lesadas. "Não é preciso dizer para um nordestino que a água é importante. Essas pessoas compraram, não sabiam que não podiam construir, é uma questão de não conhecimento." Ele acredita nos resultados do plano emergencial que deve retirar os moradores dos locais mais críticos, como fundos de vales, mas levará alguma infra-estrutura para locais menos comprometidos.

Stela Goldenstein esclarece que o plano emergencial foi definido dentro de determinados limites. "Não se coloca água em população que está em área de risco, em população que está nos primeiros 50 metros em tor-

no de represa, para população que está em fundo de córrego. Tem que sair. Não se coloca nenhuma infra-estrutura. Para retirar o resto, eu tenho de ter planos de relocação, que tem de ter viabilidade de parceria, de município, de sociedade civil. A sociedade tem de definir recursos para isso. Existe espaço, território na Região Metropolitana de São Paulo onde colocar três milhões de pessoas que eu vou tirar de manancial? Quem vai financiar isso?", ela pergunta.

A secretária argumenta que os índices de mortalidade infantil na área de mananciais são os maiores da Região Metropolitana, porque essa população não está sem água, não vive sem água. Só que é uma água clandestina, sobre a qual a Sabesp não pode se responsabilizar. Ela esclarece que não está excluindo o papel que têm questões como estelionato e impunidade, mas que sem entender a complexidade do problema não é possível resolvê-lo. "O Plano Emergencial — diz — nasceu de longas discussões públicas e aprovações sucessivas, e ele é previsto na Lei de Mananciais. Não existe projeto no Brasil que tenha tido esse nível de discussão."

Para a secretária é importante ficar claro que não se está fazendo anistia nenhuma. "Se existe um problema ambiental naquela ocupação, isso é enviado para o Ministério Público, caso a caso. Sempre que há ordem judicial para retirar essa população, a Secretaria do Meio Ambiente se organiza para retirar. O processo judicial permanece", ela explica.

Quanto à fiscalização, Stela diz que a secretaria tem ampliado muito o trabalho de parceria com as prefeituras. "No dia-a-dia da ocupação do território, quem está presente é a prefeitura. As prefeituras com as quais nós temos ampliado mais as nossas parcerias são as prefeituras do ABC. O prefeito de Santo André colocou 40 fiscais na área de mananciais. Outro exemplo foi o do prefeito de São Bernardo, que teve a coragem de obedecer a uma ordem judicial de retirada da população", diz ela. Stela acrescenta que a secretaria vem tentando melhorar a fiscalização de várias formas, que incluem maior eficiência do pessoal, com a organização do trabalho e o acesso a melhores equipamentos, como os de telecomunicações e sensoramento remoto.

O secretário do Verde e do Meio



Nascente na Cantareira: sob o perigo da degradação ambiental

Ambiente da Prefeitura de São Paulo, Werner E. Zulauf, diz que as prefeituras podem e devem participar com parcerias, mas que a iniciativa de fiscalização é do estado. "Passada a eleição, há todo um processo de aproximação político-administrativa", comenta. No entanto, o secretário explica que a prefeitura enfrenta um inconveniente, que é a falta de poder policial. "Por enquanto, nossos agentes poderiam trabalhar apenas como auxiliares dos estaduais." De qualquer modo, explica Zulauf, "o governo não está estruturado para enfrentar as quadrilhas extremamente organizadas de bandidos que comandam o processo de invasão de mananciais, como acontece na região da Cantareira".

Embora nessa região as ocupações não se dêem exatamente na área protegida, que de acordo com Stela, representa apenas 8% da vastíssima área que contribui para a alimentação dos mananciais, ainda assim os danos ambientais podem ocorrer.

Vizinha à área de invasão está o Parque Estadual da Cantareira. Segundo estudo do biólogo Fausto Pires de Campos, da Fundação Florestal — numa versão preliminar de proposta para a criação de um serviço estadual de parques —, o Parque Estadual da Cantareira foi criado em 1963 a partir de uma reserva secular e não possui uma base cartográfica confiável, nem memorial descritivo e respectivos estudos de

divisas, mesmo sendo mundialmente o maior e mais importante remanescente metropolitano de floresta tropical, com aproximadamente 7.900 hectares.

Com a ocupação intensiva de seu entorno, imagina-se que a própria área do parque possa sofrer indiretamente as consequências de, por exemplo, desmatamentos ao seu redor. O geógrafo Sidnei Raimundo, supervisor técnico dos Planos de Manejo do PPMA - Projeto de Preservação da Mata Atlântica, lembra de um conceito recente dos americanos, a "ecological footprint", que dá idéia de quais as áreas de influência indireta de uma cidade. "É uma visão integrada. Uma cidade como São Paulo tem uma pegada, uma "ecological footprint", de dez vezes o tamanho dela. Cidades como Nova York têm uma pegada de mais de 50 vezes o seu tamanho", exemplifica. Vê-se, pela complexidade da questão, que o problema dos mananciais depende bastante da educação ambiental da sociedade dos grupos organizados que vão representá-la nos comitês de bacias.

O coordenador-geral do Vitae Civis - Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz, Rubens Born, explica que a ONG prepara cursos em linguagem coloquial — com início previsto para janeiro de 99 —, que deverão capacitar os grupos organizados da sociedade para uma atuação crítica e com alto poder de discernimento em relação às áreas de manancial. O presidente

do Instituto, Antônio Carlos Alves de Oliveira, que é representante da ONG no Conselho Estadual de Saneamento, acrescenta que o Vitae Civilis também fará o acompanhamento e a discussão dos projetos sobre o tema.

Das ONGs ao governo a preocupação com a educação ambiental é uma constante. Amanhã, haverá a convocação de um grande mutirão de limpeza na região da Billings. Incluindo o início dos cursos de capacitação de professores de sete municípios abrangidos pela bacia, será marcado o lançamento do programa Água Viva/Água de Beber: Plano de Educação Ambiental Parceiros da Billings.

O plano de educação ambiental parceiros da Billings é parte do programa Água Viva/Água de Beber da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e da Secretaria de Recursos Hídricos, de Obras e de Saneamento e do Consórcio Intermunicipal do ABC.

José Flávio de Oliveira, coordenador de Educação Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, explica que tem procurado implantar a educação ambiental como uma idéia de qualidade de vida, que conta com participação de grande parcela da sociedade.

Além da campanha Água Viva/Água de Beber, a secretaria iniciou o atendimento telefônico para tornar mais eficiente o controle das áreas consideradas vitais para a preservação dos mananciais que abastecem a Região Metropolitana de São Paulo. Essas ações buscam principalmente a conscientização e participação de toda a população para reverter o processo de ocupação irregular e clandestina dos terrenos localizados próximos a represas e rios que fornecem água para o consumo humano. A comunicação está sendo feita por meio de cartazes. ■



**"Hoje, mananciais são desova de cadáveres, carros, lixo e entulho"**